

**Domanda per l'ammissione al patrocinio a spese dello stato nel giudizio penale
Pedido de admissão ao apoio judiciário em processo penal**

Al Presidente del Tribunale Ordinario di Milano

Ao Presidente do Tribunal Comun de Milão

Procedimento n. _____ / _____ R.G. N.R.

Procedimento n.º

Procedimento n. _____ / _____ R.G. G.I.P.

Procedimento n.º

Procedimento n. _____ / _____ R.G. R.G.DIB.

Procedimento n.º

Il/la sottoscritto/a:

O/a abaixo-assinado:

Nome _____ Cognome _____

Nome _____ Sobrenome _____

nato/a a _____ prov. () il ____ / ____ / ____

nascido/a _____ Est. () em / /

Codice Fiscale: _____

Código Fiscal (CPF):

residente nel Comune di _____ prov.()

residente na cidade de: _____ Est. ()

In relazione al procedimento di cui sopra, in qualità di (barrare la casella che interessa):

Em relação ao procedimento acima, (marque a caixa relevante):

persona sottoposta ad indagini ; imputato¹ ; persona offesa ; parte civile

pessoa submetida a investigação: acusado¹ pessoa ofendida: parte civil

4. Nome _____ Cognome: _____

Nome Sobrenome:

codice fiscale _____

Código Fiscal (CPF)

5. Nome _____ Cognome _____

Nome Sobrenome:

codice fiscale _____

Código Fiscal (CPF)

- che sussistono le condizioni previste dalla legge per la concessione del presente beneficio in quanto titolare di un reddito imponibile² ai fini dell'imposta personale sul reddito, risultante all'ultima

dichiarazione, pari a € ____ . ____ , ____³ e quindi non superiore al limite di cui agli artt. 76 e 92 D.P.R. 115/2002⁴

- que as condições previstas pela lei para a concessão do presente benefício existem como sendo o titular de um rendimento tributável para fins de imposto de renda pessoal, resultando na última declaração, igual a € ____ . ____ , ____³e, portanto, não superior ao limite estabelecido nos artigos 76 e 92 D.P.R. 115 / 20024

- non è proprietario di alcun bene immobile

não é o proprietário de nenhum imóvel

- che è proprietario dei seguenti immobili (il cui reddito è stato incluso nel reddito complessivo sopra

dichiarato):

que é proprietário dos seguintes imóveis (cuja renda foi incluída na renda total declarada acima):

**DICHIARA
DECLARA**

inoltre, di non aver riportato condanne passate in giudicato per i reati di cui agli artt. 416 *bis* c.p., 291 *quater* D.P.R. 43/73, limitatamente alle ipotesi aggravate ai sensi degli artt. 80 e 74 c. 1, D.P.R. 309/90, nonché per i reati commessi avvalendosi delle condizioni previste dal predetto art. 416 *bis* c.p. ovvero al fine di agevolare l'attività delle associazioni previste dallo stesso articolo.

além disso, que não recebeu nenhuma condenação definitiva pelos crimes referidos nos artigos Código civil 416 bis, 291 quater Decreto Presidencial 43/73, limitado às hipóteses agravadas nos termos dos artigos 80 e 74 c. 1, D.P.R. 309/90, bem como por crimes cometidos fazendo uso das condições previstas no artigo 416 bis c.p. ou para facilitar a atividade das associações previstas no mesmo artigo.

**SI IMPEGNA
SE COMPROMETE**

a comunicare entro 30 giorni dalla scadenza del termine di un anno, a far tempo dalla data di presentazione dell'istanza e fino che il procedimento non sia definito, le eventuali variazioni nei limiti di reddito, verificatesi nell'anno precedente, rilevanti ai fini del beneficio.

comunicar no prazo de 30 dias a contar do termo do prazo de um ano, a contar da data de apresentação do pedido e até à definição do procedimento, quaisquer alterações nos limites de rendimento, ocorridos no ano anterior, relevantes para efeitos de benefício.

Milano, lì ____/____/_____
Milão,

Il/la sottoscritto/a
O/a abaixo-assinado

Firma del richiedente⁵
Assinatura do requerente

.....
per autentica⁶
para autenticação

.....

ELEGGE DOMICILIO (*facoltativo*)
Designa domicílio (*opcional*)

- solo ai fini del presente procedimento di patrocinio a spese dello Stato in (città)_____ via _____
- apenas para efeitos desta assistência judiciária às custas do Estado em (cidade) rua ...
- per l'intero procedimento penale N.R.G. TRIB._____ in (città)_____ via _____
-para todo o procedimento penal N.R.G. TRIB..... em (cidade)..... via

**N.B.: Da depositare presso la cancelleria del magistrato titolare del procedimento
Nota: A ser arquivado na secretaria do magistrado titular do processo**

1 La qualifica di imputato di assume dopo la richiesta di rinvio a giudizio del p.m.; dopo la emissione di decreto penale; dopo la emissione del decreto di giudizio immediato; dopo la emissione del decreto di citazione diretta; dopo la richiesta di giudizio direttissimo e dopo la richiesta di applicazione della pena a norma dell'art. 447 c.p.p.

1 O status de um réu assume após o pedido do reinvio de julgamento de p.m. após a emissão do decreto penal; após a emissão do decreto de sentença imediata; após a emissão do decreto de convocação direta; após o pedido de julgamento direto e após o pedido de aplicação da sentença conforme art. 447 do Código de Procedimento Penal italiano.

2 Per redditi prodotti all'estero, il cittadino di Stati non appartenenti all'Unione Europea correda l'Istanza con un certificazione dell'autorità consolare competente, che attesta la veridicità di quanto in essa indicato.

2.Para os rendimentos produzidos no exterior, o cidadão de países não pertencentes à UE deve acompanhar a instância com uma certificação da autoridade consular competente, que certifica a veracidade do que nela é indicado.

3 Indicare esattamente il reddito percepito, formato dalla somma di tutti i redditi dei componenti del nucleo familiare. Non è sufficiente indicare genericamente che si percepisce un reddito inferiore al limite stabilito dalla legge.

3. Indicar exatamente a renda recebida, formada pela soma de todos os rendimentos dos componentes do núcleo familiar. Não é suficiente indicar genericamente que se recebe uma renda inferior ao limite estabelecido pela lei.

4 Il limite di reddito annuale per essere ammessi al gratuito patrocinio è 11.493,82. Se l'interessato all'ammissione al patrocinio convive con il coniuge o con altri familiari, i limiti di reddito sono elevati di € 1.032,91 per ognuno dei familiari conviventi.

4. O limite de renda anual a ser admitido à assistência jurídica é 11.493,82. Se a pessoa interessada em admissão ao patrocínio convive com o cônjuge ou outros membros da família, os limites de renda são elevados de € 1.032,91 para cada um dos membros da família que convivem.

5 La firma deve essere effettuata in presenza dell'addetto di cancelleria. Se la domanda è firmata prima della sua presentazione in cancelleria e presentata in ufficio da persona diversa dall'interessato, deve essere accompagnata dalla copia di un documento di identità a norma del D.P.R. 445/2000.

5. A assinatura deve ser feita na presença do funcionário da secretaria. Se a candidatura for assinada antes da sua apresentação na secretaria e apresentada no escritório por outra pessoa que não a parte interessada, deve ser acompanhada de uma cópia de um documento de identidade em conformidade com a D.P.R. 445/2000.

6 La autenticazione del difensore è sufficiente solo in relazione alla istanza di ammissione al gratuito patrocinio, mentre non è idonea a certificare la autodichiarazione sulle condizioni personali e reddituali. In questo caso, quando la istanza comprende anche la autocertificazione, si deve allegare alla istanza la copia di un documento di identità.

6. A autenticação do defensor é suficiente apenas em relação ao pedido de admissão para assistência judiciária gratuita, enquanto não é adequado certificar a autodeclaração sobre condições pessoais e de renda. Nesse caso, quando a instância também inclui a autocertificação, deve ser anexada uma cópia de um documento de identidade.